

Relatório do Grupo PPE



Número 10 / Outubro de 2011

Proteger as crianças de abusos sexuais

Elisabetta Montano

A nova directiva relativa ao combate contra o abuso e a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil é um instrumento legislativo inovador e representa um passo em frente no sentido da protecção das nossas crianças. A directiva tem por base o texto da Convenção do Conselho da Europa para a Protecção das Crianças contra a Exploração e os Abusos Sexuais, celebrada em Lançarote em 2007.

A directiva revoga a Decisão-Quadro 2004/68/JAI do Conselho, de 22 de Dezembro de 2003, relativa à luta contra a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil, que estabelece um regime muito menos ambicioso.

A nova directiva prevê penalidades mínimas para os delitos ligados a práticas de abuso e exploração sexual de menores e pornografia infantil. Fixa penas mais elevadas nos casos que envolvam o abuso de uma posição de tutela, autoridade ou influência junto da criança, ou em que esta se encontre em situação de especial vulnerabilidade. Foi introduzido todo um conjunto de circunstâncias agravantes adicionais.

O texto integra um artigo específico relativo à apreensão e confisco dos proventos derivados da pornografia infantil, um artigo relativo especificamente à prevenção e novas disposições em matéria de assistência e apoio.

Os turistas que viajam para o estrangeiro a fim de abusarem de crianças passam também a estar sujeitos a perseguição ao abrigo do novo regime de competência jurisdicional. A directiva introduz pela primeira vez no direito europeu o conceito de "turismo sexual que envolve crianças".

Novas formas de abuso e exploração, como o aliciamento de crianças para fins sexuais por via electrónica ("grooming"), serão criminalizadas. Cabe aos Estados-Membros tomar as medidas necessárias para assegurar uma pronta supressão dos sítios Web em causa e para obter a supressão das páginas dessa natureza alojadas fora do seu território. O bloqueamento é opcional e está sujeito a procedimentos transparentes e a salvaguardas adequadas.

O documento é o corolário de um longo processo, tendo sido aprovado pelo Conselho em Junho.

Deficiência: A estratégia da UE de apoio às pessoas com deficiência

Miklós Panyi

O relatório do deputado *Ádám Kósa* (HU) sobre a mobilidade e a integração de pessoas com deficiência e a Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020 foi aprovado por uma ampla maioria nesta sessão plenária em Estrasburgo.

A integração dos 80 milhões de pessoas portadoras de deficiência na União Europeia reveste-se da máxima importância para criar condições de vida mais activas e sustentáveis numa sociedade europeia em envelhecimento. A sua integração social e no mercado laboral representa uma oportunidade até aqui descurada de satisfazer futuras necessidades de mão-de-obra da Europa. As pessoas com deficiência e os idosos podem ser a verdadeira solução para o problema geral da quebra dos efectivos da população activa, salientou o relator. O relatório visa mudar a abordagem das questões das pessoas com deficiência, encarando-as como membros da força de trabalho, consumidores e contribuintes do futuro.

O relatório *Kósa* pretende também introduzir medidas revolucionárias em matéria de promoção da acessibilidade sem barreiras e adopção de técnicas especiais de comunicação para surdos e outras pessoas com problemas auditivos, bem como para cegos, e propõe novos modelos e obrigações tendentes a garantir a inclusividade dos sistemas de educação, como o reforço do apoio aos pais de crianças com deficiência, realçando a importância da identificação precoce das necessidades especiais.

O relatório foi aprovado por uma enorme maioria, à excepção da alteração horizontal contra a discriminação que foi rejeitada pelos grupos de esquerda e liberais. *Ádám Kósa*, que é o único deputado ao Parlamento Europeu surdo, lastimou a rejeição da alteração apresentada pelo Grupo PPE, por comprometer, dadas as fracas perspectivas de adopção da directiva horizontal anti-discriminação no Conselho no futuro previsível, a hipótese de se acelerar substancialmente o processo de melhoria da situação das pessoas com deficiência.

Orçamento do Parlamento Europeu e de outras Instituições

Francesco Frapiccini e Sandra Carreira

O Parlamento Europeu aprovou, por larga maioria, a proposta apresentada por José Manuel Fernandes (PT) relativa ao orçamento de diversas Instituições Europeias para o exercício de 2012. Em tempo de crise económica, social e financeira, as Instituições Europeias procederam a todos os cortes possíveis, elaborando um dos orçamentos mais reduzidos de sempre, sem pôr em causa a necessidade de assegurar a governação e a satisfação dos compromissos assumidos e das obrigações legais da União.

José Manuel Fernandes, membro da Comissão dos Orçamentos e co-relator para o orçamento da UE relativo ao exercício financeiro de 2012, mostrou-se satisfeito com o facto de a proposta do Parlamento ter ido mesmo além das expectativas avançadas pelo Conselho. A proposta de orçamento do Parlamento Europeu para 2012 representa um marco histórico, correspondendo a um aumento de somente 1,9% face aos números de anos anteriores. As despesas de deslocação são reduzidas em 5%, as despesas gerais congeladas e no sector dos serviços de tradução e interpretação é efectuada uma poupança de cerca de 21 milhões de euros.

O Parlamento e as restantes Instituições Europeias desejam alcançar os seus objectivos mediante um crescimento sustentável. Isso significa fazer mais com menos recursos. Este orçamento prevê o menor aumento possível da despesa sem comprometer a prossecução do projecto europeu.

Orçamento da Comissão Europeia

O orçamento da Comissão Europeia é particularmente relevante, pois encerra o grosso da despesa prevista para 2012. É importante frisar, além da responsabilidade e da consciência da crise económica europeia de que o Parlamento deu prova, também a convicção da necessidade de se usarem os fundos da UE de modo eficaz que o PE denotou, enfatizando o papel do orçamento da UE como meio de revitalização da economia.

Giovanni La Via (I), relator-sombra do Grupo PPE, realçou o forte apoio colhido por um orçamento que promove o crescimento e a investigação para criar emprego e demonstrar que a despesa europeia gera benefícios claros e evidentes para a União e os seus cidadãos. O Parlamento é favorável à realização de um conjunto de grandes investimentos concentrados num número limitado e selectivo de rubricas, que reflecta cabalmente as prioridades enunciadas ao longo dos últimos meses.

La Via manifestou a esperança de que o Conselho compreenda a abordagem do PE e se mostre disponível para entabular um processo de negociação num espírito de colaboração com enfoque na definição de um orçamento realista e

inteligente, apto a atingir o objectivo de assegurar um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo em benefício dos cidadãos europeus.

Ucrânia: Parlamento Europeu reprovava veredicto contra Timoshenko

O Parlamento Europeu exprimiu a sua reprovação ante a sentença condenatória proferida contra a antiga primeira-ministra ucraniana Yulia Timoshenko. O veredicto configura um abuso do poder judicial, declara uma ampla maioria dos deputados ao PE no texto de uma Resolução negociado pelo membro do Grupo PPE Elmar Brok (DE).

O referido deputado sublinhou que a legislação que serviu de base ao veredicto remonta à era soviética e deve ser revogada. Ela constitui apenas um instrumento governamental de perseguição sistemática da oposição. A UE deve tomar medidas para impedir o silenciamento da oposição, defendeu.

O Parlamento Europeu incita o Governo ucraniano a permitir a participação da senhora Timoshenko e de outros políticos da oposição nas próximas eleições. O veredicto contra a senhora Timoshenko tem de ser anulado, dado que se trata de uma sentença ditada por motivações políticas óbvias, afirmou Elmar Brok.

Se a sentença não for revista, a conclusão do Acordo de Estabilização e de Associação entre a União Europeia e a Ucrânia ficará comprometida, afirmou o plenário de Estrasburgo.

Lasse Böhm

Novas competências e novos empregos para a Europa

Ao cabo de quase 400 propostas de alteração e 47 compromissos, o Parlamento Europeu aprovou o relatório de Regina Bastos (PT) sobre a Agenda para novas competências e novos empregos na UE, tendente a antecipar as necessidades do mercado de trabalho na próxima década.

O principal objectivo deste relatório consiste em reformar o mercado de trabalho da UE, no intuito de, por um lado, criar mais emprego na União e, por outro, melhorar a adequação das competências dos candidatos a emprego ao perfil dos novos tipos de emprego, que deverão ser criados no mercado de trabalho, e especialmente das funções que requerem profissionais altamente qualificados.

Regina Bastos, a relatora, considera que a Europa enfrenta quatro grandes desafios: a criação de emprego, a necessidade de desenvolver uma economia mais competitiva, a sustentabilidade dos sistemas de segurança social e a

dificuldade de recrutamento de pessoal qualificado para preencher os postos de trabalho vagos.

E que, por esse motivo, necessitamos de melhorar as competências básicas, assim como as competências nas ciências, na inovação e nas tecnologias de informação e comunicação, bem como nas línguas estrangeiras, além de precisarmos de reduzir as taxas de abandono escolar. O co-investimento no ensino e na formação ao longo da vida reveste-se igualmente de grande importância e a melhoria da coordenação entre os estabelecimentos de ensino e as empresas é essencial para impulsionar o desenvolvimento de uma nova economia sustentável, baseada no investimento em qualificações ecológicas, advogou Regina Bastos.

As regras de flexigurança, que incrementam simultaneamente a flexibilidade e a segurança, devem ser adaptadas ao contexto socioeconómico de cada Estado-Membro para dispormos de um mercado de trabalho mais maleável e de um sistema de segurança social moderno.

Sandra Carreira

G20: O PE debate a situação económica em vésperas da Cimeira

A quadra em curso, de finais de Outubro e inícios de Novembro, deve ser o mais importante período de cimeiras económicas internacionais da História. O Conselho da UE reuniu duas vezes em menos de oito dias e dentro de uma semana terá lugar em Cannes a cimeira do G20.

O Vice-Presidente do Grupo PPE, Gunnar Hökmark (S), dirigiu os trabalhos preparatórios da contribuição do Parlamento Europeu para o encontro do G20.

Gunnar Hökmark enunciou as posições do PE:

- A situação económica mundial pode ser descrita simplesmente como uma situação de desequilíbrio entre países excedentários e países deficitários.

Gunnar Hökmark frisou que as políticas monetárias de algumas grandes economias contribuem para esse estado de coisas. A falta de competitividade de uma série de outros países concorre também para ele.

- Necessitamos de atingir um equilíbrio a nível mundial, e isso requer uma governação global e instituições adequadas para o efeito.
- Nos países e regiões que sofrem de um problema de competitividade, precisamos de novas políticas e de reformas. Mas, ao mesmo tempo, temos de garantir que haja um fluxo de trocas comerciais com essas

economias emergentes que estão actualmente a proteger-se por meio de políticas monetárias artificiais.

Referindo-se à questão do enquadramento institucional da acção internacional, Gunnar Hökmark salientou que, quanto maior é o anseio de governação global, maior é a necessidade de responsabilidade, transparência e instituições legítimas.

Gunnar Hökmark observou que "o relatório destaca a importância do FMI e da OMC, porque, com uma melhor estrutura, os debates e as decisões adoptadas no seio do G20 podem também adquirir legitimidade e transparência mediante a sua implementação no quadro do FMI".

Per Heister

Directiva Serviços: A implementação vista pelo PE

O relatório sobre o processo de avaliação mútua da Directiva Serviços da UE constitui uma nova análise (após o relatório sobre a aplicação da mesma) do trabalho desenvolvido pelos Estados-Membros e pela Comissão Europeia em matéria de transposição e aplicação da directiva. O PE expõe nesse relatório as suas preocupações a respeito do actual estado do mercado único dos serviços e o seu apoio à adopção de novas medidas tendentes a eliminar os entraves remanescentes. O exercício de avaliação mútua não abrangeu a totalidade das disposições da directiva; centrou-se nos requisitos para os quais a directiva não prevê uma proibição, deixando antes uma certa margem discricionária aos Estados-Membros.

O relatório não incide exclusivamente sobre o processo de avaliação mútua, pronunciando-se também sobre os respectivos resultados e seguimento, nos termos descritos na Comunicação da Comissão Europeia, e formula recomendações no sentido da aplicação do mecanismo de avaliação mútua a outros instrumentos legislativos.

A aplicação da Directiva Serviços pode gerar ganhos económicos de até 140 mil milhões de euros e ocasionar um crescimento do PIB da UE de até 1,5%. Precisamos de tornar estas estimativas realidade, declarou Małgorzata Handzlik (PL), a relatora para o processo de avaliação mútua da Directiva Serviços.

A primeira condição para dispormos de um mercado de serviços funcional, que é uma implementação correcta e adequada, ainda não está cumprida. Consequentemente, temos de exortar a Comissão Europeia a tomar mais medidas de controlo da aplicação sempre que tal se afigure necessário, concluiu a deputada Handzlik.

Katarzyna Klaus